



BRASIL: POPULAÇÃO REDUNDANTE E CORONELISMO GOVERNAMENTAL*

Iraci del Nero da Costa**
Universidade de São Paulo – USP
idd@terra.com.br

RESUMO: Depois de explanar sobre o surgimento no Brasil da parcela populacional considerada pelo autor como redundante por não ser indispensável para o funcionamento das condições econômicas imperantes, é contemplado o processo que levou tal segmento social desvalido a adotar, postura política independente com respeito às camadas médias classicamente identificadas entre nós. Tal independentização foi calcada nas políticas assistencialistas implantadas no governo FHC e largamente intensificadas pelo seu sucessor que as transformou num verdadeiro clientelismo de novo tipo aqui apodado de Coronelismo Governamental.

PALAVRAS-CHAVE: População redundante – Autonomização política – Clientelismo.

ABSTRACT: After exposing as a redundant population parcel for being dispensable for the functioning of the reigning economic conditions appeared in Brazil, is considered the process that led to this social segment to adopt an independent political posture with respect to the middle classes. Such liberation was based on the welfare policies implemented during the F. H. Cardoso administration and largely enhanced by his successor that transformed them in a true political patronage of new kind here identified like Governmental "Coronelismo".

KEYWORDS: Redundant population – Political liberation – Political patronage.

Vão reunidas neste artigo, com algumas pequenas mudanças formais a fim de garantir sua organicidade textual e conceitual, as ideias contidas em quatro breves textos de minha autoria nos quais tratei de alguns aspectos concernentes à nossa formação populacional, econômica e política; assim, cada um dos tópicos deste escrito corresponde a um dos aludidos trabalhos.

No primeiro, retorno a uma crônica de 1993¹ na qual discuti a constituição, no correr do tempo, de um amplo contingente populacional não necessário à reprodução

* Para Tito, amigo que partiu cedo.

** Professor Livre-docente aposentado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Coordenador do Núcleo de Estudos em História Demográfica – NEHD.

das condições econômicas imperantes, a cada quadra, no Brasil; a esse efetivo emprestei a denominação de "população redundante". Justamente nele estão incluídos os milhões de eleitores integrantes da assim chamada "voz do povo", a qual, nas últimas eleições, ter-se-ia descolado, em termos políticos, da "opinião pública", garantindo, inclusive, a reeleição do presidente Luiz Inácio L. da Silva.

A este desprendimento político votam-se os três demais itens aqui apresentados. No segundo, cuja versão original é de 2006,² discorro sobre a explicitação do referido fenômeno a qual se verificou quando ocorreu a crise do "mensalão"; a meu juízo tal descolamento deveu-se, essencialmente, às práticas assistencialistas patrocinadas pelo governo federal.

Ainda em 2006³ escrevi sobre as origens mais remotas desse processo, tentando alcançar algumas de suas raízes históricas. Tais especulações vão expandidas no terceiro tópico.

Na parte final, composta em 2007,⁴ procuro indagar sobre alguns condicionantes de caráter econômico e político que estariam na base do estabelecimento desse clientelismo de Estado de novo tipo, o qual também podemos chamar de coronelismo governamental.

Ademais, tento contemplar as implicações políticas imediatas e futuras do movimento de "independentização" desse avultado número de pessoas as quais padecem das mais variadas formas de exclusão.

Fechando esta nota introdutória não poderia deixar de consignar que minhas afirmações vão cercadas de muitas dúvidas, pois, em larga medida, estou a considerar eventos demasiadamente recentes, os quais, fugindo à perspectiva própria do historiador, situam-se no escorregadio e sempre movediço terreno da crônica política

¹ COSTA, Iraci del Nero da. População redundante: tópico para a agenda do século XXI? **Informações FIPE**. São Paulo: FIPE, n. 153, p. 14-16, 1993.

² COSTA, Iraci del Nero da. A voz do povo. **Informações FIPE** [boletim eletrônico]. São Paulo: FIPE, n. 309, p. 21-23, jun. de 2006.

Disponível em: http://www.fipe.org.br/Publicacoes/downloads/bif/2006/7_21-23-IRACI.pdf. Acesso em: 10/08/2011.

³ COSTA, Iraci del Nero da. Brasil: os mesmos atores e novos papéis? **Informações FIPE** [boletim eletrônico]. São Paulo: FIPE, n. 312, p. 25-26, set. de 2006.

Disponível em: http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2006/1_bif312.pdf. Acesso em: 10/08/2011.

⁴ COSTA, Iraci del Nero da. **Da política desenvolvimentista ao clientelismo de Estado**. São Paulo, texto com divulgação pela Internet, setembro de 2007.

Disponível em: http://iranero.blogspot.com/2007_09_01_archive.html. Acesso em: 10/08/2011.

voltada ao acompanhamento e à interpretação das experiências com as quais nos defrontamos no dia a dia.

POPULAÇÃO REDUNDANTE

A geração de um crescente efetivo redundante, vale dizer, não necessário à reprodução das condições econômicas imperantes, apresenta-se como fenômeno marcante na formação histórica da população brasileira. A possibilidade do surgimento de tal excesso populacional – o qual, embora não se confunda com o exército industrial de reserva, deve, como este, ser entendido como relativo, pois sempre se refere às características das "economias" dominantes em cada área e momento do tempo – dever-se-ia às linhas mestras definidoras do processo de ocupação, povoamento e valorização das terras que couberam aos lusos quando efetuada a partilha do planeta entre as duas maiores potências marítimas do século XVI. Assim, da estruturação de uma economia voltada para o mercado internacional e destinada a servir aos interesses da metrópole e de uma pequena elite econômica local, decorreria, presentes outros fatores de ordem econômica e social, a sistemática marginalização das pessoas às quais não se abrisse a oportunidade de vincularem-se intimamente ao que poderíamos denominar, permitido o neologismo, Brasil "exportacionista".

A concorrência do açúcar produzido nas Antilhas – na qual assentam-se, desde o segundo meado do século XVII, as raízes da secular depressão econômica do nordeste brasileiro – ensejou, como evidenciado por Celso Furtado, a constituição de nossos primeiros contingentes populacionais redundantes. O paulatino adensamento demográfico naquela região crítica gerou problemas sociais da maior gravidade; não obstante, as elites não procuraram solução efetiva para eles, pois, como sabido, tanto no Império como no período republicano, aquelas elites têm-se servido daquelas populações como massa de manobra política e/ou como elemento justificador da apropriação, por parte de particulares privilegiados, de recursos pertencentes à nação.

Um segundo momento crucial do fenômeno em foco decorreu da exploração e, sobretudo, da exaustão do ouro aluvionário das Minas Gerais. Como anotado pelos coevos, no século XVIII o Brasil conheceu um intenso afluxo de reinóis que, dominados pela auricídia, impuseram o deslocamento para terras americanas de novas levadas de africanos reduzidos à escravidão. Nas Gerais, em decorrência do interesse e aplicação no processo produtivo que se tinha de despertar nos escravos ocupados nas lavras, as

alforrias ocorreram com maior frequência *vis-à-vis* as áreas votadas à agricultura. Destarte, mesmo no período de ascensão econômica, faziam-se presentes pressões no sentido da geração de eventuais contingentes redundantes, os quais, sem margem para dúvidas, viram-se enormemente acrescidos quando se esgotou o ouro, pois, como mostrou Caio Prado Júnior, o subsequente florescimento da agricultura assim como a incorporação de novas áreas ao ecúmeno deram-se numa fase histórica na qual ocorreu a ampliação do autoconsumo.

Os eventos mais expressivos do século XIX e sobre os quais se basearam importantes alterações na vida social, política, econômica e institucional da nação em formação revelaram-se particularmente adversos para a grande massa da população brasileira não-proprietária de escravos e/ou de terras. Embora majoritária e inserida nos vários compartimentos da vida econômica e administrativa de então, uma parte substantiva desta população verá reforçada sua marginalização, agora também consagrada nos planos político e institucional. Da separação de Portugal resultará nossa primeira constituição, na qual, além da adoção do voto censitário, inscreveu-se a continuidade do escravismo. Assim, o próprio conceito de cidadania tornou-se absolutamente inaplicável à nova realidade brasileira. Ademais, além da evidente exclusão no que tange ao âmbito político, criou-se obstáculo intransponível à formação, entre nós, de um mercado de trabalho plenamente capitalista.

Tal quadro ver-se-ia agravado pela retrógrada Lei de Terras de 1850, condicionada pela falência do sistema escravista e comprometida com a solução propugnada pelos imigrantistas. Com ela, impedia-se o livre acesso dos trabalhadores à terra e criava-se fundo destinado a financiar a entrada de imigrantes. Uma eventual valorização da mão de obra livre autóctone foi descartada e partiu-se em busca do trabalhador estrangeiro, já impregnado, diga-se de passagem, pelo espírito de acumulação capitalista e, portanto, partícipe ativo dos processos econômicos que giravam em torno da expansão cafeeira. Esta solução, para o assim chamado problema da mão de obra, além de representar uma continuidade de práticas típicas do escravismo, na medida em que eram absorvidos trabalhadores cujo custo de formação havia sido incorrido por outra sociedade que não a brasileira, condenou ao descaso o trabalhador livre nacional e criou as bases para se dar destino idêntico aos ex-escravos quando de sua manumissão definitiva em 1888. Para eles sobravam, tão somente, as fímbrias da vida econômica e social.

No plano das mentalidades, o processo acima descrito é igualmente perverso pois impede a assimilação, por parte de grandes massas populacionais, dos valores próprios do capitalismo moderno. Veem-se elas, assim, relegadas a uma vivência material e espiritual degradada, o que as impossibilita, acrescente-se, de tomar consciência plena de seus direitos e de atuar politicamente de modo consentâneo a seus interesses.

A República e o advento de uma economia capitalista industrial não foram bastantes para superar tal situação. Ao contrário, as desigualdades viram-se exacerbadas, pois a necessária integração de massas trabalhadoras à economia de mercado e a algumas de suas benesses fez-se de modo restrito e parcial. Outro complicador encontramos no próprio crescimento vegetativo, o qual, depois de mostrar taxas modestas por longo período de nossa história, acelerou-se a contar de fins do século XIX. Assim, os gastos públicos, regulados que foram pela lógica da acumulação capitalista, sempre revelaram-se insuficientes para a criação, manutenção e universalização de um efetivo serviço de assistência à saúde, de uma rede educacional eficaz e de um sistema previdenciário eficiente. Em todas estas áreas, além de outras, campearam, e ainda imperam, a corrupção e o clientelismo. A este último, além de outras mazelas, deve-se a distorção do próprio serviço público, o qual, ironicamente como diriam alguns, passou a ser utilizado como instrumento de política social na medida em que incorpora, de maneira improdutiva e inadequada, enorme massa de arrivas e/ou desvalidos.

Vê-se, pois, que o desenvolvimento de ilhas de capitalismo mais avançado no Brasil, acompanhado que foi por uma verdadeira privatização do setor público, revelou-se incapaz de absorver os excedentes populacionais gerados no correr dos séculos. Igualmente inoperantes mostraram-se a desastrosa "política populacional" implícita em nossa evolução histórica e o indiscriminado controle de natalidade hodiernamente imposto às populações carentes. A crise econômica por que passamos, ademais, atua no sentido de agrandar os problemas com os quais nos defrontamos e no de postergar sua eventual solução para um futuro incerto, no qual, necessariamente, terão de estar presentes um projeto nacional abrangente, uma radical reforma política e uma profunda reforma fiscal, as quais, a nosso juízo, só serão construtivas se acopladas a uma efetiva redistribuição da riqueza e da renda.

A VOZ DO POVO

Talvez seja estimulante determo-nos na reconsideração de como a conhecida existência de três condicionantes inter-relacionados afeta, no correr do último lustro, a orientação da política brasileira. Referimo-nos à existência, entre nós, de três corpos político-econômicos: elites, camadas médias e massa popular.

Contamos, desde sempre, com uma elite socialmente irresponsável, que "herdou" o Brasil dos portugueses não tendo sido obrigada a assumir, quando tomou a direção do país nascente, nenhum compromisso com as necessidades e valores da nação e de seu povo. De outra parte, como avançado, desde os primórdios da colonização, conhecemos o adensamento de uma massa de desvalidos, excluída em larga medida de conquistas sociais de caráter universal, da cidadania efetiva e das parcelas mais substanciais das benesses geradas pelo crescimento econômico; trata-se, como sabido, da massa do povo, ou simplesmente do "povo" ou do "povão". Por fim, constituiu-se ao longo do tempo uma classe média composta por vários estratos e ampla o bastante para atuar como um fator político capaz de – num quadro de composição com a elite dominante – alcançar o atendimento de alguns de seus pleitos, criando, em contrapartida, um clima de concórdia mediante o qual os mais graves problemas enfrentados pelo país e pelo "povão" sistematicamente foram sendo deixados de lado ou tratados de maneira perfunctória sem se chegar decisivamente às questões de fundo e às soluções efetivamente transformadoras necessárias a que a Nação, como um todo, possa desenvolver-se sem as travas impostas por uma secular dívida social sempre crescente.

Neste pano de fundo definem-se cinco elementos que se colocam em duas categorias distintas. De uma parte encontramos dois deles, a "opinião pública" e o que se tem chamado de "voz do povo" – aqui entendida como a manifestação das opções políticas da massa menos aquinhada de nossa população. Por outro lado, nos deparamos com os três grupamentos socioeconômicos e políticos acima aludidos: as elites, compostas de grupos que buscam albergar-se em seus nichos econômicos e de interesses, deles saindo apenas pelas suas reivindicações específicas ou quando chamados pelas "grandes causas" comuns à elite como um todo; as camadas médias integradas por distintas faixas e, por fim, a massa popular a qual, por ainda não haver conseguido estruturar-se de maneira orgânica, não raras vezes vê-se usada e manipulada pelos dois outros entes sociais aqui contemplados.

Os segmentos médios, cuja postura e cujas ações tendem abertamente para a conciliação e os arranjos de todos os tipos, têm alcançado seus objetivos – sempre limitados, tenha-se presente – sem o emprego de métodos mais arrojados e sem demonstrar autonomia plena. Por via de regra, apegam-se às elites delas extraindo uma ou outra concessão que atenda a suas demandas. Mesmo o movimento tenentista, o mais audacioso e independente de todos os promovidos pelas camadas médias, viu-se, ao fim e ao cabo, engolfado pela elite política e econômica, a qual transformou-se e "modernizou-se", é verdade, mas manteve sua essência dominante e cruelmente excludente.

Com respeito à última observação posta acima, cumpre enfatizar a secular permanência dos elementos nucleares característicos da elite brasileira, os quais, praticamente intocados, têm atravessado séculos. Tem ela, assim, mantido um comportamento absolutamente irresponsável do ponto de vista social, enquanto se revela portadora de extrema agilidade e capacidade inovadora quando apreciada da perspectiva econômica.

Na verdade, a "iniciativa privada" viu-se habilmente mobilizada pela Coroa portuguesa para a tarefa de constituição, "construção", da colônia brasileira. Assim, a formação do Brasil deve-se, na mais ampla medida, ao capital privado e nesse sentido é obra e "propriedade" dos "avoengos" daquelas elites. Ademais, na medida em que não conhecemos uma revolução burguesa clássica, os donos de nossa economia simplesmente se apossaram do poder político sem a necessidade de estabelecerem qualquer compromisso com a massa da população brasileira. Isso fez das elites senhoras efetivas do poder e do Estado; a seus olhos, elas não tomaram ou tomam nada do Estado, apenas sentem-se como administradoras de algo que é seu. A ideia de uma vida Republicana aparece, assim, como uma tentativa de usurpação da qual as elites seriam as vítimas. Os episódios deprimentes envolvendo tanto a Câmara Federal como o Senado da República, assim como a maneira rasteira de pensar de muitos de seus integrantes, ilustram com notável clareza o quão fortes ainda se mostram os métodos e as construções ideológicas herdadas de antanho.

A grande massa popular que não conhece, como já anotamos acima, a organicidade indispensável ao desenvolvimento de ações globalmente coordenadas, ou se vê embaída pelos dois outros grupos, ou se restringe a ações tateantes e sem direcionamento seguro, ou se dá a atos mais ou menos desesperados, mais inspirados

pela paixão do que pela razão. A respeito desta última questão impõe-se a lembrança de Canudos, com Antônio Conselheiro e seus seguidores, assim como a de outros movimentos messiânicos aos quais filiam-se a Guerra do Contestado e o culto votado ao Padre Cícero Romão.

Note-se, pois, não ter ainda, nossa massa popular, alcançado, do ponto de vista político, nível bastante para organizar-se de modo autônomo e para dirigir suas lutas de maneira consequente e apta a fazê-la alcançar plenamente seus objetivos. Nesse sentido, pode-se afirmar ser tal massa popular passível de sofrer a influência imediata das camadas médias; tal fenômeno – comum aos movimentos populares, diga-se desde logo – observou-se com respeito aos partidos de esquerda no primeiro meado do século XX e repetiu-se nos casos do PT e do MST.

Elites, camadas médias e massa popular; a meu ver nossas análises políticas sempre terão de se ocupar com a presença desses três vetores, cada um dos quais, note-se, nem sempre se apresenta com o mesmo peso e perfil. Vale dizer, a força de cada um é mutável e não segue um padrão ou tendência histórica definida. Ademais, como não poderia deixar de ser quando se trata de "movimentos" interdependentes, os alinhamentos e composições também nos oferecem desenhos variáveis. Assim, enfrentam-se dificuldades não só para "explicar" o que foi, como, e sobretudo, para divisar os caminhos que serão selecionados por uma massa de eleitores a qual, definido o rumo a ser tomado, parece persegui-lo de modo determinado.

Ao considerarem os três segmentos sociais acima nomeados os analistas sempre o fizeram tendo em conta a opinião pública, à qual, mais cedo ou mais tarde, acabava por se vergar a vontade política das massas populares. Tais condimentos, não obstante, nos parecem insuficientes no momento presente, pois a eles somou-se um novo "complicador", qual seja, o forte peso assumido pela assim chamada "voz do povo" a qual, aparentemente, desgarrou-se de suas peias.

Tendo em vista o acima posto, e em face da profunda crise política pela qual nos vimos envolvidos nos últimos anos, sou levado a crer na ocorrência de dois descolamentos muito relevantes: por um lado, o presidente Luiz Inácio L. da Silva continua a receber substantivo apoio popular, fato este a denotar que sua figura não foi abalada pela crise vivida por seu partido de origem; de outra parte, a condicionar esse primeiro fenômeno, observa-se que a "voz do povo" desprende-se, ao menos por ora, da opinião pública, cuja formação, como sabido, dá-se, sob o influxo das elites

dominantes, no seio das parcelas mais esclarecidas das classes médias. É justamente este último evento o mais saliente de todas as ocorrências políticas dos últimos tempos. Como bem lembram os cronistas, a política assistencialista desenvolvida há anos, mas amplamente incrementada pelo atual governo, chegou efetivamente às bases mais carentes da massa da população brasileira dela recebendo a devida resposta, qual seja, o apoio ao primeiro mandatário da Nação. Este último, além de aproximar-se do "povão" e a este dirigir seu discurso em busca de um escudo capaz de resguardá-lo, acelerou e ampliou os programas de teor assistencialista – necessários e indispensáveis, diga-se com firmeza – de sorte a fazê-los, de fato, alcançar um largo número de famílias extremamente necessitadas. Como avançado, as pesquisas de opinião logo apontaram o quão frutífera é tal forma de atuação, a qual, além de reforçar a determinação presidencial de alargar aqueles programas, funcionaram como o combustível que tem alimentado a empáfia e a segurança por ele demonstradas.

Assim, e isto o presidente Luiz Inácio L. da Silva parece ter percebido claramente, a repulsa aos métodos e práticas implementados pelo PT e por alguns de seus dirigentes mais graduados confina-se a uma parcela expressiva, porém minoritária, do eleitorado mais abonado: um número menor vinculado às elites dominantes e um número bem maior de homens e mulheres pertencentes às camadas médias.

A reeleição do presidente da República colocou-nos em situação muito crítica. Isto porque foi demonstrado que, com um porcentual mínimo do PIB, tornou-se possível "comprar" a presidência com base em políticas assistencialistas incapazes, de maneira isolada e sem enquadrar-se em um plano global para a economia nacional, de nos oferecerem a procurada solução para os graves problemas socioeconômicos que nos afligem. Ademais, além de perdermos parte ponderável das ótimas oportunidades decorrentes do dinamismo ora imperante na órbita do comércio internacional, sofremos perdas político-ideológicas imensas com respeito à parcela substantiva do eleitorado a qual, ciente da permanência no poder de um partido totalmente desmoralizado e de um presidente ideologicamente desqualificado, colocou em novo patamar a repugnância pela vida política em geral.

OS MESMOS ATORES E NOVOS PAPÉIS?

A contar do início da crise que se abateu sobre as principais lideranças petistas devido à revelação das práticas criminosas sobre as quais se assentou o escândalo do "mensalão", tem-se dado, crescentemente, a consolidação de um relevante fenômeno político cujos primeiros momentos ocorreram há alguns lustros. Pensamos no que caracterizamos no item precedente como sendo o descolamento da "voz do povo" – entendida como a manifestação das opções políticas da massa menos aquinhoada de nossa população – *vis-à-vis* a opinião pública, à qual, conforme nos mostra a experiência, mais cedo ou mais tarde, acabava por se vergar a vontade política das amplas camadas populares menos aquinhoadas.

Segundo penso, o processo de desprendimento em pauta é complexo e seu acompanhamento ao longo do tempo é dos mais difíceis, pois ele se deu lentamente em seu início e deveu-se a causas diversas que foram se sucedendo no correr dos anos. Revelou-se, ademais, descontínuo tanto no tempo como no espaço. De toda sorte, foi-se avolumando, ganhando dinamismo cada vez maior, configurando-se, a cada passo, de maneira mais nítida e ampliando, a cada lapso, sua independência. Assim, nos dias correntes, mostrou-se forte o bastante para impor a reeleição presidencial. Não é descabido, pois, imaginarmos que esse antigo ator de nosso cenário político passou a desempenhar, na quadra ora vivida, um papel novo e dos mais importantes.

Perseguir-lo em sua formação, como avançado, define-se como tarefa árdua. Não obstante, tentaremos fazê-lo, ainda que de modo meramente especulativo.

Possivelmente, as raízes do processo aqui contemplado encontrem-se em parte dos votos amealhados por Paulo Maluf em várias das eleições das quais participou. À época eu considerava tais eleitores como aventureiros que se identificavam com a figura de um político tido como um arrivista dominado pela ideia de que a sorte e/ou o acaso poderiam sorrir-lhe a qualquer momento; enfim pessoas que, partindo do nada, queriam, sem muito esforço, alcançar a bem-aventurança decorrente do enriquecimento fácil.

Um segundo momento da "independentização" sob análise marcou-se pelo rápido avanço político-eleitoral das seitas religiosas "de resultados" as quais, em pouco mais de uma década, conquistaram não só milhões de seguidores, mas, igualmente, um vultoso número de fiéis eleitores; a estes últimos devem, uns poucos evangelizadores, o enorme espaço político hoje ocupado por não muitas denominações religiosas. Embora dispersos em vários quadrantes econômicos, tais eleitores concentram-se nas camadas sociais menos abastadas, distinguindo-se, também, pela imensa pobreza intelectual a

que se viram condenados por integrarem uma sociedade cujo maior galardão é a exclusão sistemática.

O início da consolidação do descolamento aqui considerado deu-se, como anotado acima, no bojo da crise desencadeada pelas denúncias formuladas pelo então deputado Roberto Jefferson. O respaldo emprestado ao presidente da República por numerosa parcela do eleitorado de baixa renda proporcionou uma visão mais clara de um movimento que se dava nas entranhas da sociedade brasileira. A assim chamada "voz do povo" estava a liberar-se, caminhando por si, pronunciava-se favoravelmente à continuidade da política assistencialista promovida pelo governo federal; como já consignei, viu-se tal política imediatamente ampliada com entusiasmo pelo governo central, reafirmando-se, com isso, o clientelismo de Estado.

A proximidade entre as eleições e a crise petista favoreceu a afirmação da candidatura do presidente Luiz Inácio L. da Silva e o aprofundamento da ruptura entre a "voz do povo" e seus antigos liames. Conhecemos, pois, um episódio no qual se viu privilegiado, em termos da escolha do presidente, o segmento mais pobre de nossa população.

Destarte, no âmbito das eleições presidenciais, comportou-se tal parcela do eleitorado como ator principal. Conquanto este posto de protagonista não se tenha repetido no plano dos pleitos estaduais, sempre cabe perguntar qual será o posto a ser ocupado futuramente por este expressivo grupo social.

Retornará ao seu velho escaninho, no qual se acomodou por séculos? Solução possível, porém pouco provável, pois será ele, certamente, cortejado tanto pelos eleitos como pelos derrotados nas urnas; este fato atua no sentido de afastar a hipótese de estarmos diante de um movimento fortuito e passageiro.

Ganhará autonomia plena, capacitando-se a compor-se organicamente de sorte a superar as limitações próprias da falta de recursos e de uma formação intelectual e política mais apurada? Embora desejável, trata-se de um final feliz dificilmente alcançável.

Permanecerá na postura ora adotada, sem maiores desenvolvimentos? Este resultado define-se, a um tempo, como provável e largamente indesejado, isso porque, caso essa camada popular venha a se manter inerte, sua presença independente na vida política nacional representará um forte componente negativo, pois veremos crescer continuamente os montantes de recursos destinados ao mero assistencialismo.

Se esta última possibilidade vier a efetivar-se a conclusão maior a se impor leva-nos a imaginar o agigantamento dos entraves ao pleno desenvolvimento sustentado da sociedade brasileira a qual, além de vitimada por suas elites, passará a ser presa de uma imensa massa de desvalidos cujo interesse imediato prender-se-á, tão somente, ao recebimento de migalhas pouco custosas a serem distribuídas, gostosa e generosamente, por políticos oportunistas e inescrupulosos que vierem a nos governar.

De toda sorte, seja qual for o desenlace da situação ora vivida, estará ele vinculado não só a eventos políticos, mas, igualmente, a elementos de ordem econômica. Assim, não parece descabido nos perguntarmos sobre quais bases de caráter econômico e de política econômica assentam-se os movimentos político-eleitorais enfocados neste artigo.

DA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA AO CLIENTELISMO GOVERNAMENTAL

A existência dos blocos capitalista e socialista, os confrontos entre as nações capitalistas mais desenvolvidas, as imposições colonialistas e imperialistas, a negativa de se passar às nações periféricas as técnicas, conhecimentos e equipamentos necessários à industrialização, propiciaram a emergência, nestas últimas, já nas primeiras décadas do século XX, de propostas de programas econômicos nos quais se previa como meta principal a modernização calcada na industrialização.

A constituição de uma indústria de base, o estabelecimento da indústria de bens de capital e de consumo e o apoio aos grupos interessados em contribuir para o crescimento econômico marcaram fundamente as ações implementadas por muitos governos de distintos matizes ideológicos em várias regiões do globo. A industrialização confundia-se com a busca da autonomia política e econômica a qual, em alguns casos, chegou a ser exacerbada a ponto de fundamentar a perspectiva de ereção de uma vida socioeconômica nacional totalmente autárquica.

De toda sorte, mesmo quando pensados em termos das elites dominantes e como uma resposta ao desafio das esquerdas adeptas de soluções socializantes, os projetos "desenvolvimentistas" supunham a integração à vida nacional dos segmentos populacionais economicamente excluídos, inclusive a assim chamada população redundante.

Vê-se, pois, e o caso do Brasil é exemplar, haver, à época e no âmbito do pensamento econômico em tela, um estreito vínculo entre a solução das carências sociais decorrentes da exclusão – o enfrentamento da dívida social – e as proposições votadas à luta contra o subdesenvolvimento e pela modernização econômica das sociedades não integrantes do grupo plenamente desenvolvido composto pelas nações centrais. Não seria exagero afirmar que muitos políticos e cientistas viam na industrialização a panaceia capaz de debelar todas as mazelas com as quais nos defrontávamos no meado do século XX. A expressão maior dessa forma de equacionar as adversidades e entraves socioeconômicos que nos afligiam, encontramos nas teses da CEPAL e, particularmente, em algumas das obras de Celso Furtado, um dos mais conspícuos e respeitáveis intelectuais brasileiros. Quanto aos nossos governantes mais significativos, seria ocioso lembrar as figuras de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Embora se possa considerá-la sonhadora, a tese acima exposta distingue-se pelo mérito de vincular umbilicalmente a industrialização, vista como fruto da ação política conscientemente formulada, e a superação dos graves problemas sociais dos quais ainda hoje somos presas. De outra parte, a face perversa de tal maneira de pensar e agir repousa no fato de ela servir para justificar a despreocupação dos governantes com medidas assistenciais capazes de minorar algumas das inúmeras privações de milhões de desassistidos.

Impuseram os fados, no entanto, uma radical mudança nas condições acima descritas.

À implosão do socialismo real e à generalização das políticas econômicas de corte neoliberal deve-se a emergência de profundas alterações na vida econômica de várias nações; nelas já não cabem as políticas e relacionamentos que vigoram até os anos 80 do século passado.

A procura da autonomia econômica foi esquecida por parte de muitas nações subdesenvolvidas, seus mercados abriram-se à oferta internacional e os produtores internos perseguem, no momento, metas menos ambiciosas. Em muitos casos, passou a predominar a oferta de insumos básicos – como matéria-prima de origem mineral e bens primários agrícolas – dirigida aos mercados centrais ou emergentes (como os da China e da Índia, entre outros) ou às grandes corporações transnacionais, as quais, por seu turno, mostram-se muito interessadas na abundante mão de obra barata e precarizada existente

na mais variadas nações do terceiro mundo. A par disso, como sabido, desenvolveram-se técnicas produtivas poupadoras do fator trabalho.

Neste espaço globalizado viu-se inviabilizada, inteiramente, a possibilidade de se incorporar à vida econômica, mediante o desenvolvimento industrial relativamente autônomo, os volumosos contingentes de despossuídos acima indicados. Correlatamente à impossibilidade de se garantir a absorção produtiva desses efetivos populacionais, emprestou-se ênfase maior às ações de caráter assistencialista. No Brasil, o exercício dessas últimas tornou-se claro ao tempo do governo FHC; nele, o assistencialismo mostrava-se, tão somente, como mera ajuda aos mais necessitados, sem esperar-se destes beneficiários nenhum retorno de cunho político.

Fica visto, pois, que, no mundo globalizado e para várias nações, a solução das insuficiências sociais deixou de ser pensada em termos de crescimento industrial, nem está sendo enfrentada com base na geração de um elevado número de empregos. Enfim, a relação entre resolução de questões sociais e vida econômica mais dinâmica rompeu-se. Assim, a dívida social passa do campo econômico ao assistencial; com isso abre-se a possibilidade de ser implantada a manipulação política das práticas assistencialistas.

Como avançado, tal manipulação, entre nós, não se deu de pronto. Ela veio a ser "descoberta" e conscientemente empregada quando já ia adiantado o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio L. da Silva.

Esse coronelismo governamental de novo tipo, generoso por atender minimamente uma imensa massa de necessitados, carrega consigo, não obstante, aspectos dos mais deletérios, pois, conforme afirmado acima, a reeleição do presidente Luiz Inácio L. da Silva demonstrou ser possível "comprar-se" a Presidência.

As transformações aqui reportadas, como não poderia deixar de ser, não se deram num vazio político e econômico. Ocorreram, pelo contrário, num cenário o qual conheceu, além de algumas permanências, profundas alterações.

Como sabido, a falta de propostas inovadoras na esfera econômica levou o presidente da República a dar sequência linear às diretrizes econômicas postas por Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, na órbita da política nacional deu-se a emergência da massa de excluídos, com mais de quarenta milhões de pessoas, que, ao menos no curto prazo, dada sua inorganicidade, só é passível de mobilização – de caráter passivo, diga-se – conduzida pelo ex-presidente Luiz Inácio L. da Silva o qual, como sabido, serviu-se de sua liderança carismática para eleger sua sucessora.

Ademais, o descolamento dessa expressiva massa eleitoral, a qual passou a desempenhar um papel político relativamente independente, acarretou modificações das mais relevantes na cena política nacional. Entre tais transformações estaria o afastamento ou alheamento do ex-presidente da República com respeito ao seu partido de origem. Teria sentido ele que, podendo contar com "seus" desvalidos, tornou-se menos dependente do apoio do PT; este, por sua vez, ao que parece, ensimesmou-se e evidencia não ter força bastante para superar sua postura de mero coadjuvante da presidência da República. Já os demais partidos, os quais não conseguem dialogar com a assim chamada voz do povo, pois nem sequer são ouvidos por ela, ficaram sem saber o que fazer ou propor; afora falas vazias dirigidas a um público inexistente restou-lhes, tão só, prometer oposição implacável, buscar, sem êxito, obstruir propostas governamentais no Parlamento ou, como o fez o PFL, adotar uma denominação nova, atitude essa totalmente vazia.

A tamanha imobilidade política e ideológica soma-se a inação econômica, pois o Brasil, como fartamente documentado por inúmeros economistas, viu acentuar-se a condição reflexa de sua economia, a qual, crescentemente, se mostra condicionada pelas vicissitudes dos mercados internacionais.

Como a oposição com maior densidade de votos, e os próprios aliados do governo federal, nada têm de novo a propor ao corpo eleitoral, não parece haver, internamente, nenhuma vertente político-ideológica capaz de liderar a alteração do quadro acima delineado o qual, como já assinalado, revela-se altamente desfavorável ao pleno desenvolvimento sustentado da sociedade brasileira. Assim, e aqui retomamos uma das teses centrais de Celso Furtado, talvez apenas um choque econômico externo poderá tornar menos sombrio nosso futuro próximo.